ALGUNS CONCEITOS PERTINENTES À TEMÁTICA DAS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS EM EDUCAÇÃO

Maria Priscila dos Santos de Jesus[1]

Eixo 1: Educação, Intervenções Sociais e Políticas Afirmativas.

Resumo

O presente texto emerge das inquietações vividas em minha experiência durante o tirocínio docente, com os/as alunas do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, na disciplina História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. As linhas que se seguem não pretendem narrar com riqueza de detalhes a minha trajetória como docente na turma, mas sim, trazer algumas reflexões que fluíram ao longo da disciplina sobre a necessidade da inserção de conceitos pertinentes as temáticas étnicorraciais na formação acadêmica desses/as alunos/as. Na tentativa de contribuir nesse processo, aprofundei-me em literaturas sobre a temática que se desdobraram neste breve artigo.

Palavras-chave: Educação. Relações Étnicorraciais. Formação Acadêmica

Abstract

The present essay is derived from the questions I had raised while assisting students in Afro-Brazilian History and Culture classes in Bahia State University's pedagogy course, pursuant my teaching assistant position. The following content is not supposed to be a detailed narration of my experiences as teacher assistant in these classes, but rather to present some of my understandings about the importance of the inclusion of racial relation debate in the pedagogy students' academic background. Attempting to contribute to the matter, I performed a thorough bibliographic review addressing this debate's inclusion in pedagogy courses, which results are hereby discussed.

Keyword: Education. Étnicorraciais Relations. Academic Training

Introdução

Para que se possam discutir questões relativas às temáticas étnico-raciais, sobretudo no campo da educação, é de fundamental importância a compreensão de alguns termos e conceitos que são corriqueiramente utilizados neste debate como: Raça, Racismo, Preconceito Racial, Discriminação Racial, Etnia e Identidade Negra. Contudo, é necessário certo domínio acerca desses termos e conceitos que permeiam este debate, para não cairmos nas malhas do senso comum e cometermos equívocos que possam vir a comprometer a seriedade da discussão.

Diante disso, o presente texto construiu-se através do diálogo entre teóricos/as, pesquisadores e pesquisadoras comprometidos/as com as temáticas referentes aos/as negros/as do Brasil e da Diáspora, tais como Nilma Lino Gomes (2005; 1995), Kabengele Munanga (2007), Eliane Azevedo (1987) e Carlos Moore (2007). Buscou-se, através de incursão teórica, problematizar algumas questões que viabilizarão uma melhor compreensão das dimensões e limites presentes nas narrativas pertinentes às relações étnico-raciais na sociedade brasileira.

É de grande relevância o entendimento desses conceitos para que o diálogo acerca dessa temática torne-se mais evidenciado e político, tomando sempre os cuidados necessários afins de que não se estabeleça apenas uma única concepção teórica. Partiremos agora para a reflexão dos conceitos a partir do diálogo com esses/as estudiosos/as, que vêm contribuindo significativamente para o aprofundamento e amadurecimento dessas discussões tão importantes em nossa sociedade.

1.1. Raça

Inicio a abordagem desses termos pelo de *raça*, pois acredito ser um dos mais discutidos e contestados, principalmente, pelos grupos interessados em eliminar e invalidar as "políticas públicas racialmente definidas", que se destinam aos grupos historicamente excluídos. Porém o debate aqui encampado por esta pesquisa acerca do termo *raça*, coincide com aquele assumido também pelo Movimento Social Negro, analisado a partir da ótica das Ciências Sociais e não das Ciências Biogenéticas. Como bem afirma Kabengele Munanga,

“[...] podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação[...]”[2]. No entanto, o conceito de raça construído historicamente pelas ciências biológicas, diferentemente do que aqui propomos, baseava-se na idéia de superioridades e inferioridades entre os grupos e, durante muito tempo, serviu como justificativa para violências que marcaram e ainda marcam a humanidade. Neste estudo, porém, esse conceito é abordado em consonância com a declaração de Nilma Lino Gomes:

> [...] Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existente na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido á relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas. [...] (GOMES, 2005, p. 45).

Essa concepção de Raça, apresentada por esta pesquisadora, também adotada pela autora do presente trabalho, baseia-se fundamentalmente nesta compreensão ressignificada do termo. A afirmação positiva do conceito de raça vem no intuito de desconstruir às concepções negativas que a história sempre apresentou, já que foi a partir das diferenças que se constituíram as desigualdades. Então, pretende-se tentar também a partir da afirmação dessa diferença construir a igualdade.

A construção biológica da idéia de raça, enquanto elemento hierárquico tem sido utilizado principalmente para atender a interesses de grupos que se apropriam disso para subalternizar, dominar e excluir outros segmentos. Nunca devemos esquecer a barbárie que fora o nazismo na Alemanha, que se baseava na busca por uma “Raça Pura” e superior. O próprio tráfico negreiro apoiou-se na idéia de inferioridade racial dos povos africanos e a Igreja Católica ainda os declarou “sem alma”, reiterando o direito aos portugueses e a outros povos europeus de escravizá-los, haja vista que os negros não eram considerados seres humanos.

O fato é que esse ranço de desumanidade, que fora deixado como herança dos europeus para os africanos e seus descendentes, é o que hoje ajuda a estabelecer, dentro da sociedade brasileira, uma verdadeira barreira que dificulta e impede que pessoas com traços fenotípicos semelhantes aos dos povos africanos, consigam alcançar espaços de poder, uma vez que nela

há práticas que segregam as pessoas pelas marcas físicas e históricas. Ocasionalmente esses processos comportamentais de negação e inferiorização racial culminam em práticas racistas, que podem, inclusive, promover entre os negros/as um sentimento de auto-negação e rejeição ao seus semelhantes.

O termo raça, assumido pelo Movimento Social Negro, o qual coaduna também com este estudo, tem um cunho eminentemente político e vem carregado de conotações ressignificadas, que buscam a valorização e o resgate da história dos povos negros antes, durante e pós- escravidão. Disso entendemos que a politização do termo raça é fundamental para a superação das relações de poder estabelecidas historicamente e, sobretudo, para a compreensão da sociedade na contemporaneidade. Sendo assim, reitero as palavras de Nilma Lino Gomes, quando declara:

> Abandona-se o determinismo biológico que perpassa o termo e o redimensiona com uma perspectiva política. Entendo raça como um conceito relacional, que se constitui historicamente e culturalmente, a partir de relações concretas entre grupos sociais em cada sociedade. (GOMES, 1995, p. 49).

Assim o termo *raça* adquiriu novos sentidos, ao longo do tempo, e poderá adquirir outros ou apenas ressignificar o que já existe. É importante pensarmos nisso para não cairmos no determinismo e acabarmos por cometer equívocos. O que não se pode perder de vista é a relevância desse conceito para a atualidade. Afinal, problematizar sobre as questões raciais não é apenas uma responsabilidade do Movimento Social Negro, mas sim uma necessidade de educadores e educadoras, cidadãos e cidadãs negras/os e não-negras/os, comprometidos/as com a busca de uma sociedade democrática e justa. Enquanto pesquisadora militante, encontro bases suficientes para afirmar a necessidade de se racializar politicamente o debate, para que então possamos enfrentar, de forma objetiva e organizada o fenômeno que racialização biológica promoveu: o Racismo.

1.2. Racismo

O Racismo se manifesta dentro da sociedade brasileira de formas variadas. Por conta disso, a professora Nilma Lino Gomes explica suas faces:

> [...] O racismo é por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. [...] (GOMES, 2005, p. 52).

As expressões do racismo, pois, tanto podem ser individuais e institucionais, quanto culturais. As formas como estas operam se relacionam, em certa medida, tendo em vista que os sujeitos, vítimas do racismo, poderão sofrer a violência nas três dimensões em que a mesma se apresenta. Contudo, de maneira individual, o racismo apresenta-se através de atos discriminatórios entre os indivíduos, que poderão gerar situações de violência e desrespeito. Não é raro ouvir alguém afirmar que “os próprios negros se discriminam”, porém, ao ouvir este tipo de afirmativa, convido o interlocutor a refletir acerca da perversidade como o racismo afeta o nível da auto-estima e a vida das suas maiores vítimas que, na tentativa de se incluir em uma sociedade culturalmente padronizada, acabam automaticamente por negar a si e todos aqueles aos quais se assemelham.

Já o sujeito que pertence a um grupo racial diferente e que usa de práticas racistas para com os demais - mesmo que não se atentem para isso - também estão sendo vitimados, na medida em que se furtam de conhecer e até mesmo conviver com práticas culturais diversas. A professora Eliane Azevedo contribui para essa reflexão quando afirma:

> [...] O racismo na sociedade brasileira é tão implícito nas concepções de relações sociais, que seus protagonistas não se percebem racistas. Toda a carga de herança cultural que modelou a sociedade brasileira é tão fundamentada no racismo, que nem os próprios negros escaparam à assimilação de sentimentos contrários à raça negra. E como ninguém age, pensa, ou sente fora da própria cultura, admitimos ser possível, no Brasil, terem-se atitudes racistas inconscientes. [...] (AZEVEDO, 1987, p. 49).

Na forma institucional, o racismo atua direta ou indiretamente com o aval do Estado. É só resgatarmos um pouco da memória que nos lembraremos das leis que foram criadas no pós-abolição para impedir o acesso de negros e negras à educação formal, além das dificuldades encontradas para conseguir emprego e o isolamento desses negros e negras em lugares com péssimas condições de moradia e ainda a falta de acesso à saúde.

O reflexo dessas políticas excludentes contra a população negra apresenta-se hoje através dos baixos índices de desenvolvimento humano e do baixo nível educacional, que ocasionam a falta de conhecimento acerca de seus direito civis, dificulta a possibilidade de se conseguir um emprego que, não seja apenas braçal, e ainda o desconhecimento acerca de certos hábitos de vida que são importantíssimos para prevenção doenças. Destaco ainda a quase total falta de acesso ao ensino superior, que em certa medida possibilitaria uma mobilidade social, intelectual e financeira desse grupo.

O racismo cultural é uma das formas mais corriqueiras de manifestação do racismo na sociedade brasileira, tendo em vista os padrões eurocêntricos, historicamente marcados, seja na forma de nascer, comer, vestir, se comportar e até mesmo na forma de morrer. Quaisquer manifestações culturais, que se expressem diferentemente desses padrões, causam estranhamento e logo são tomadas como anormais ou inferiores. Essa idéia relaciona-se diretamente ao que conhecemos por Etnocentrismo, que Nilma Lino Gomes conceitua como:

> O etnocentrismo consiste em postular indevidamente como valores universais os valores próprios da sociedade a que o indivíduo pertence. Ele parte de um particular que se esforça em generalizar e deve, a todo custo, ser encontrado na cultura do outro. (GOMES, 1995, p. 56).

O racismo cultural é validado a partir do etnocentrismo, na medida em que pessoas e grupos crêem que seus valores culturais são melhores e superiores aos demais. Em decorrência disso, logo se estabelecem padrões. O racismo cultural então surge a partir da hierarquização desses padrões que, por sua vez, forjam as relações de poder dentro da sociedade. A dimensão maior do racismo cultural apresenta-se em cinco letras: Poder. Esse se torna o diferencial para o racismo cultural, pois se estabelecem para os sujeitos, através de ações e funções, delineando espaços e lugares para os mesmos. Segundo Antonio Flávio Moreira e Tomaz Tadeu Silva, é suficiente afirmar que:

> O poder se manifesta em relações de poder, isto é, em relações sociais em que certos indivíduos ou grupos estão submetidos à vontade e ao arbítrio de outros. Na visão crítica, o poder se manifesta através das linhas divisórias que separam os diferentes grupos sociais em termos de classe, etnia, gênero etc. Essas divisões constituem tanto a origem quanto o resultado de relações de poder. (MOREIRA; SILVA, 1999, p.28).

Compreender o racismo na sua complexidade e reconhecê-lo enquanto elemento estruturador das relações de poder na sociedade brasileira é algo emergente. A busca pela democratização da sociedade brasileira no âmbito político, educacional e econômico, passa antes pela análise real e absoluta do processo histórico da formação da nação brasileira e pelas suas conseqüências para a contemporaneidade.

Pensar sobre os efeitos do racismo na sociedade brasileira nos leva a refletir sobre como a escola, enquanto espaço que reproduz o discurso social vigente, é permissiva ao se negar problematizar estas questões. A homogeneização dos currículos escolares, forjando uma idéia de igualdade, é uma das formas encontradas para se escamotear o problema.

Creio que a contrapartida para este tipo de discurso e de ação não ocorrerá somente quando toda sociedade brasileira tomar consciência da existência do racismo, mas sim a partir do momento em que ela desenvolver ações efetivas de combate e o fortalecimento de políticas públicas que promovam a emancipação da população negra, tanto do ponto de vista intelectual quanto econômico, visando não somente às melhores condições de vida para esse segmento, mas sim, também maiores condições de humanidade e democracia para toda sociedade brasileira.

1.3. Estereótipo

Os estereótipos são como modelos, que podem servir tanto para supervalorizar quanto para inferiorizar os sujeitos. A idéia de estereótipo relaciona-se primordialmente com a aparência física, com o comportamento e com a forma de se expressar. Existe uma grande aproximação entre o conceito de estereótipo e preconceito, entretanto o primeiro é considerando como a efetivação do segundo. É o que afirma Antonio Olímpio de Sant'Anna (2005, p.24):

> O estereótipo é a prática do preconceito. É a sua manifestação comportamental. O estereótipo objetiva (1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do status quo; (3) legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade.

Os setores conservadores e racistas da sociedade brasileira fomentam a idéia de incompetência e pouca capacidade intelectual de negros e negras em participar ou dirigir espaços de poder. Eles se sentem ameaçados diante da possibilidade de ter que dividir "seus

espaços" com negros/as. Essa linha de pensamento racista serviu e ainda serve como justificativa para a relação entre trabalhos braçais e pessoas negras, como se essas pessoas não possuíssem atributos necessários para assumir cargos de chefia ou de alto prestígio social. A este tipo de relação dar-se o nome de estereótipo.

1.4. Preconceito e Discriminação Racial

É importante pontuar as diferenças conceituais entre racismo e preconceito, pois são dois termos que constantemente se confundem. Segundo Carlos Moore,

> [...] A confusão entre racismo e preconceito é evidente. Ora, os preconceitos não são necessariamente manifestações de racismo, pelo contrário: é o racismo que gera os piores e mais violentos preconceitos. Dentre eles, o mais profundo e abrangente é a noção da inferioridade e superioridade inata entre os seres humanos [...] (MOORE, 2007, p. 280).

O Preconceito é, portanto, o julgamento prévio acerca de indivíduos e grupos raciais, culturais, religiosos, sexuais, entre outros, baseado em estereótipos ou informações que negativizam e inferiorizam os mesmos. É muito importante que se atente para o fato de que nenhum ser humano nasce preconceituoso. Para Gomes: "[...] O preconceito como atitude não é inato. Ele é apreendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. *E poderá aprender a deixar de ser. Basta ser orientada para isto* (grifo nosso). [...]" (GOMES, 2005, p.52).

O entendimento do preconceito, enquanto construção social é o passo inicial para o processo de derrubada de estigmas e estereótipos negativistas em relação aos "outros" sujeitos que fazem parte ou não do nosso convívio social, já que, segundo Azevedo, "[...] O mais importante que a coragem de reconhecer-se fruto de uma cultura racista é a disposição para transformar a si e aos outros no que se refere ás nossas relações raciais. [...]" (AZEVEDO, 1987, p. 50). A iniciativa pela quebra de preconceitos deve partir da transformação de mentalidades através da reeducação das relações étnico-raciais, na busca incessante pelo respeito às diversidades, para que não se chegue a índices mais altos de intolerância que seria a própria Discriminação Racial.

A palavra discriminar significa o mesmo que diferenciar, ou seja, fazer uma distinção. Corroboro com a autora Gomes, quando conceitua discriminação racial:

> [...] A discriminação racial pode ser considerada como prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. [...]. (GOMES, 2005, p.55).

A discriminação racial poderá se apresentar de forma direta ou indireta. A direta é aquela na qual o indivíduo sofre a violência de outro indivíduo ou grupo por conta da marca racial que traz consigo, seja a cor da pele, textura do cabelo ou outros traços que lhe remetam a outra descendência diferente daquelas estabelecidas pela sociedade.

Já a indireta manifesta-se através de ações menos objetivas, porém tão violentas quanto às diretas, pois se configuram de maneira institucionalizada, o que dificulta a denúncia e, conseqüentemente, o combate. A falta de atenção, por parte do poder público, para com os bairros e localidades onde a população é pobre e majoritariamente negra, é um exemplo de discriminação racial indireta. Outro exemplo prático é descaso com relação aos problemas de saúde que afetam com maior freqüência pessoas negras, a exemplo da anemia falciforme. Essas práticas discriminatórias apenas ilustram tantas outras que historicamente aconteceram para exterminar, direta ou indiretamente, o povo negro do nosso país.

1.5. Etnia

O conceito de *Etnia*, assim como o de *Raça* gera muitas divergências. Para alguns estudiosos (as), é considerado mais "sonoro" o termo *etnia*, pois se distancia da idéia de hierarquias raciais que o outro termo, dentro de uma perspectiva biológica já ultrapassada, remota. O termo *etnia* é elaborado no do campo sócio-cultural, histórico e psicológico, porém considero que a palavra *etnia* não consegue modificar a situação das relações raciais vigentes, ao concordar com Gomes:

> [...] Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois nada destruiu a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje[3]

Nota-se que as mudanças só aconteceram no campo semântico com a reformulação e criação de conceitos e termos. Todavia, as forças ideológicas que regem as relações sociais e

que delimitam os espaços de poder, continuam sendo as mesmas que historicamente subalternizaram e excluíram negros e índios no Brasil, utilizando-se desde aparatos legais, com intuito de reprimir e punir qualquer ação que se caracterizasse enquanto ameaça ao *status quo,* até a negação ou o silenciamento da história e cultura destes grupos enquanto elementos fundantes da sociedade brasileira. O professor Munanga assim conceitua etnia:

> [...] Uma etnia é uma conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.[4]

Muitos estudiosos utilizam o termo étnico-racial para se referir às relações entre grupos raciais distintos. Outro termo bem utilizado para se tratar dos negros aqui no Brasil, é o de "identidade étnico-racial negra" [5]. Não devemos nos ausentar de cuidados para lidar com essa terminologia, senão corremos risco de reproduzir "biologismos". A perspectiva na qual se aplica o termo identidade étnico-racial negra, é fundada na construção de uma formação identitária que busca como referencial outro modelo sócio-cultural em que negros (as) sintam-se contemplados, como já afirmara Munanga "[...]. Essa identidade política é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. [...]"[6]. A afirmação da identidade negra vai em contrapartida ao discurso oficial de uma identidade mestiça que, por conseguinte, forja relações raciais harmoniosas e que constituíram o mito da democracia racial, o que só favorece aos que sempre usufruíram as beneficies dessa grande falácia.

1.6. Identidade negra

Quando nos debruçamos a pesquisar sobre o termo Identidade, encontramos uma série de autores e concepções que, a partir de seus aportes teóricos, apresentam conceitos variados sobre o tema. Se ousarmos ainda adicionar ao termo Identidade qualitativos (como social, gênero, profissional) nos encontraremos às voltas com conceitos tão ricos e dimensionalmente complexos. Isso expressa o quanto somos permeados por relações que constituem as nossas múltiplas identidades. Para Gomes,

> A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2005, p. 41).

As reflexões sobre identidade negra não devem prescindir das discussões sobre a Identidade enquanto um processo complexo e necessário à condição humana. O termo Identidade negra é questionado por muitos como sendo uma espécie de racismo às avessas, porém o mesmo se expressa enquanto lugar de resistência, referência e encontro, onde muitos negros (as) se vêem enquanto sujeitos sociais. Gomes (2005) sinaliza muito bem esses aspectos:

> Ao discutirmos a identidade racial do negro brasileiro não podemos dissociá-la do processo histórico. O resgate da cultura, a defesa da igualdade social, econômica e educacional, com respeito às diferenças, só podem ser realizados se acompanhados da devida contextualização da memória. (GOMES, 1995, p. 44)

A construção da identidade negra, pois, na sociedade brasileira, perpassa por desconstruir estereótipos negativos que sempre colocaram os negros em lugares de inferioridade quando não de invisibilidade. “[...] Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que historicamente ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros (as) brasileiros/as [...]”, adverte Gomes (2005, p.43). Esse desafio só será possível de ser enfrentado quando lhes forem dadas as condições necessárias para o enfrentamento. A valorização da história e cultura africana e afro-brasileira são passos importantes neste caminho em busca da construção afirmativa da identidade negra, inclusive na educação e na luta em combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Eliane. ***Raça****: conceito e preconceito. – São Paulo: Editora Ática, 1987.*

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista**: Caminhos Abertos pela lei 10.639. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

MOREIRA, Antonio F. & SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: Discutindo algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Notas

[1] Mestranda do Programa de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Bolsista do Programa de Ação Afirmativa da Fundação Ford no Brasil. Pesquisadora do Grupo Educação e Desigualdades. E-mail: pri_aiye@yahoo.com.br

[2] MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf. Acesso em 09/02/08.

[3] *Idem*

[4] *Idem*

[5] *Idem*

---

[6] MUNANGA, Kabenguele. **Negritude usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.